

Jornal

BANCÁRIO

Privatização da Caixa e Banco do Brasil segue em ritmo acelerado no governo eleito



Embora o presidente eleito, Jair Bolsonaro, tenha afirmado ainda durante a campanha em outubro, que não pretendia privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal os sinais apontam para o sentido oposto. Primeiro, porque analistas e o mercado dão como certo que sua política deve seguir a linha adotada de Michel Temer, porém de forma mais radical. Em segundo lugar, porque alguns “auxiliares” de Bolsonaro, a começar por seu ministro da Economia, Paulo

Guedes, já declararam ser a favor de privatizar “todas” as estatais.

Se esse desejo é fantasioso, ele pelo menos indica a intenção de desestatização geral. Maria Rita Serrano, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Caixa, acredita que Bolsonaro “vai agudizar o que Temer já começou”. “O processo de privatização está dado. Naquilo que não for privatizado, haverá um desmantelamento da empresa pública

e diminuição de seu papel. Na Caixa isso já acontece. Ela perdeu 15 mil trabalhadores de 2014 para cá. O BB também vem perdendo.”

A situação do país, caso os bancos públicos sejam privatizados, ficará difícil, na opinião de Maria Rita. “Quem investiu no país nos últimos anos foram os bancos públicos e as empresas públicas de modo geral. Ao privatizá-los, vai-se favorecer o capital internacional, como vem sendo feito no caso da privatização das subsidiárias da Petrobras e Eletrobras. O país volta a ser colônia da grande potências mundiais.”

Para ela, a privatização do “miolo” de ambos os bancos no momento não é prioridade, e sim a desestatização de operações e setores lucrativos, como as loterias, o próprio Fundo de Garantia, área de cartões e seguro. Ela lembra por exemplo, que está

marcado para o próximo dia 29 o leilão da Loteria Instantânea (Lotex). “A política é a mesma do governo que está aí. A diferença é que Temer não tem legitimidade e o futuro presidente foi eleito. Devemos sofrer um grande ataque às empresas públicas”, prevê.

Já para a Caixa Econômica foi escolhido Pedro Guimarães que é especialista em privatizações e sócio do banco de investimento Brasil Plural, que possui mais de 20 anos de atuação no mercado financeiro na gestão de ativos e reestruturação de empresas.

No Banco do Brasil economista Rubem Novaes foi indicado para ocupar a presidência do banco. Ele é amigo do futuro ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro e também defende as privatizações de estatais públicas.

Carteira de trabalho verde e amarela representa perdas



Com o discurso de quanto “menos direitos, mais empregos”, o presidente eleito Jair Bolsonaro sugeriu, ainda em campanha, a carteira de trabalho verde e amarela. O novo modelo existiria em paralelo à atual, azul e regida pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Em tese, o trabalhador que optasse pela nova carteira abriria

mão dos direitos trabalhistas e garantiria apenas os direitos previstos na Constituição Federal. Ainda não há muito detalhes sobre a medida, que consta no plano de governo de Bolsonaro. O futuro ministro da Fazenda, Paulo Guedes, mira novos ingressantes no mercado de trabalho, com o discurso que os sindicatos, a legislação trabalhista, além dos encargos, dificultam novas contratações. A carteira de trabalho verde e amarela seria regida pelo texto constitucional e dependeria dos acordos realizados entre patrão e empregado, conforme previsto na

reforma trabalhista de Michel Temer.

Contrariando o projeto do novo governo, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) analisou as reformas das relações de trabalho em 111 países e teve como conclusão que em nenhum deles houve geração de emprego.

O Brasil atingiu a menor taxa de desemprego em 2014 sem nenhuma flexibilização de direitos trabalhistas. Naquele ano, apenas 4,8% da população economicamente ativa estava sem ocupação. Hoje, o percentual é de aproximadamente 12%.

Lei trabalhista não gerou empregos

A reforma trabalhista continua com metas abaixo do esperado. Em outubro, o Brasil registrou criação de 57.733 vagas formais de empregos, mas a expectativa era que fosse 22% maior, com a abertura de 70.447 postos. Os dados são do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgados pelo Ministério do Trabalho.

Para piorar, as vagas criadas possuem menos direitos do que as de antes da nova lei. A renda é menor devido aos contratos intermitentes, sem carga horária fixa, além do fato das novas relações de trabalho serem extremamente frágeis para o trabalhador.

Campo dos Bancários será reinaugurado em janeiro de 2019



Após passar por uma revitalização com serviços de drenagem, aterramento e colocação de novo gramado que durou mais de 5 meses de serviços, finalmente os bancários e seus dependentes poderão usufruir novamente deste espaço de lazer e

entretenimento.

O diretor de esportes Marcos Medalha em reunião com a diretoria definiu para o dia 19 de janeiro a reinauguração do Campo denominado Wilson José Feitosa em homenagem ao desportista bancário falecido em 2002.

Medalha lembra que no local tem um quiosque onde os associados e dependentes podem utilizar para fazer confraternização e outros eventos.

A intenção é de realizar os jogos no meio de semana com os trabalhadores do ramo financeiro e alugar o campo para equipes interessadas no período noturno e também quando houver interesse nos finais de semana, já que com a revitalização e a nova drenagem o campo suportará jogos em pelo menos três vezes durante a semana.

Quem tiver interesse em utilizar o espaço deve entrar em contato com o Sindicato no telefone 3422-4884..

Presidente do Bradesco fala em fechar 300 agências



A ideia do presidente-executivo do Bradesco, Octavio de Lazari, é fechar, pelo menos, 300 agências até 2019. A informação foi dada pelo representante do banco em entrevista à Reuters.

Segundo Lazari, o Bradesco quer o crescimento do banco digital, hoje com 500 mil clientes, bem abaixo dos 24 milhões de correntistas. Vale lembrar que a empresa não passa por crise. Só nos nove primeiros meses do ano lucrou R\$ 15,7 bilhões, alta de 11,1%, em relação ao mesmo período de 2017 e de 6% na comparação ao trimestre anterior. Em contrapartida, em 12 meses, fechou 193 agências e 35 postos de atendimento.

O movimento sindical repudia a notícia. É um processo que precisa ser discutido com a representação dos trabalhadores. Se a medida for confirmada, é necessário saber quais unidades serão fechadas e como os bancários serão realocados.

Inclusive, a cláusula 54 da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) dos bancários, sobre realocação e requalificação profissional, será tratada com o Bradesco na reunião com a COE, marcada para 11 de dezembro. A cobrança é que a empresa faça adesão.

Parcelamento do adiantamento de férias é conquista dos bancários



Uma das reivindicações da Comissão de Organização dos Empregados do Bradesco e do Sindicato dos Bancários foi atendida pela Fenaban na Campanha Nacional 2018. Trata-se do parcelamento do adiantamento de férias, o qual os bancários do HSBC, BB e CEF já

possuíam, e que será garantido para toda categoria bancária.

O empregado que sair de férias a partir de abril de 2019 poderá solicitar o parcelamento do adiantamento de férias em três vezes sem juros.

Essas parcelas serão descontadas em folha de

pagamento junto com as demais verbas mensais, sendo a primeira parcela no mês seguinte ao do adiantamento recebido.

ENTENDA COMO É

O parcelamento é restrito às verbas relacionadas ao adiantamento de salário recebido por ocasião das férias e não são consideradas as verbas como a bono pecuniário, 1/3 constitucional de férias, adiantamento do 13º salário nas férias.

Caso o empregado seja demitido ou peça demissão, independentemente do motivo, as parcelas que ainda não foram pagas serão descontadas de uma única vez, juntamente com as demais verbas, no termo de rescisão de contrato de trabalho.

Ex-BCN começam a receber recurso da Fundação Francisco Conde

Os ex-funcionários do BCN (banco comprado pelo Bradesco em 1997), beneficiários da Fundação Francisco Conde, começaram a receber o pagamento dos R\$ 120 milhões decorrentes de ação judicial do Ministério Público, que contou com acompanhamento jurídico do Sindicato. O crédito na conta dos beneficiários teve início no dia 17 de novembro.

O pagamento está sendo feito via depósito bancário, mas os beneficiários da ação que não tiverem conta corrente podem receber o valor em cheque.

Os depósitos estão sendo realizados observando a ordem dos ex-funcionários do BCN mais antigos (admitidos até dezembro de 1975) prosseguindo para os mais novos (admitidos após janeiro de 1976), levando em conta ainda a data de

apresentação dos pedidos de habilitação como beneficiário da ação. Devido a grande quantidade de beneficiários, os pagamentos serão realizados em lotes diários.

Após o crédito, o escritório de advocacia responsável enviará aos beneficiários um recibo com a discriminação dos valores, para efeito de declaração de imposto de renda. Causas indenizatórias são livres de tributação, mas é necessário declará-las à Receita Federal.

O Sindicato teve papel fundamental para que essa luta de mais de 20 anos fosse vitoriosa. É uma prova de que juntos, bancários e Sindicato, podemos fazer justiça, mesmo quando o justo contraria interesses poderosíssimos, disse o diretor Janes Estigarribia.

“Essa vitória reforça a necessidade dos bancários se

sindicalizarem para fortalecer cada vez mais em defesa da categoria.

Sobre a ação

A história do dinheiro da Fundação Francisco Conde se arrasta desde 1997, quando o Bradesco comprou o BCN. Em 1999, o banco retirou o patrocínio do fundo e, em 2001, os ex-funcionários receberam a primeira parcela referente à parte previdenciária.

Em 2003, foi constatado no Ministério da Previdência que ainda havia R\$ 120 milhões em valores atuais a serem pagos aos ex-funcionários do BCN. Se não fosse a atuação do Sindicato, que descobriu as atas em 2004, com a participação do então ministro da Previdência do governo Lula, Ricardo Berzoini, os trabalhadores não saberiam da existência desse direito.

Em 21 de setembro, o juiz da 4ª

Vara Cível de Osasco determinou a liberação do pagamento de mais de R\$ 120 milhões aos beneficiários da Fundação Francisco Conde.

A economista Esther Dweck, ex-secretária de Orçamento Federal e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ressalta os prejuízos causados pela política de austeridade do governo Temer, que mudou a forma de gestão dos bancos públicos e reduziu consideravelmente os investimentos públicos.

A mesma opinião tem o sociólogo Emir Sader. Ele alerta a intensificação da campanha para privatização. Por isso, nos últimos dois anos, os bancos públicos cortaram crédito, fecharam agências, reduziram o número de funcionários, extinguíram setores estratégicos e elevaram tarifas, abandonando a concorrência.

Consciência Negra: É preciso manter viva a memória



O Dia da consciência negra comemorado no dia 20 de novembro é uma data em que mostra claramente que o setor bancário apresenta uma enorme desigualdade racial.

Esses são um dos motivos pelos quais o movimento sindical tem lutado e mesmo apresentando números desta desigualdade (através do senso da diversidade),

negros e negras não ocupam cargos de gerência. Muitos têm a idéia que cargos de chefia são para brancos, de elite, e isto se reforça com a falta de identificação, pois os bancos lamentavelmente já delimitam o que querem esteticamente.

Para manter viva a memória da luta dos negros por liberdade e igualdade, o 20 de novembro celebra a Consciência Negra. Estabelecido

pela Lei nº 12.519/11, o dia marca a morte do principal líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi.

Apesar de muitos esforços e políticas públicas, como por exemplo, as cotas nas universidades, ainda nos deparamos com alarmante segregação racial. Para onde você olhar, vai ver que a população negra está em desvantagem em relação à branca.

De acordo com dados do 4º trimestre de 2017 do IBGE, trabalhadores negros ganham cerca de R\$ 1,2 mil a menos que os brancos em média no país. A pesquisa ainda revela que, entre 2012 e 2017, não houve nenhuma mudança substancial na diferença de rendimento entre negros e brancos. Além disso, há mais trabalhadores negros sem carteira assinada que brancos — 21,8% e 14,7%, respectivamente. Nos índices de educação também há diferenças. Apenas 8,8% da população negra

com mais de 25 anos frequentou uma faculdade. Para a população branca, esse índice é de 22,2%.

Desigualdade é grande no setor bancário

Na categoria bancária esses números também são latentes. Segundo a Rais 2016, que mostra a distribuição de bancários por raça/cor e por faixas de remuneração, 2,9% se consideraram negros, enquanto cerca de 75% se consideraram brancos, revelando um sistema financeiro excludente.

O setor bancário é o retrato da desigualdade racial. Fica muito exposto os motivos pelos quais os negros e negras não ocupam cargos de gerência. Infelizmente esses trabalhadores são minoria dentro das agências e o movimento sindical tem lutado constantemente para que esse quadro seja alterado no perfil da categoria.

Bradesco/HSBC é multado por deixar de cumprir Lei das Filas em Dourados

Atendendo uma ação do Ministério Público Estadual por descumprimento da Lei da Fila (2.642/2004) em Dourados o Bradesco/HSBC foi multado em 100mil reais.

Vale lembrar que essa ação teve origem em agosto de 2010, quando o Sindicato dos Bancários em parceria com o PROCON, realizou varias BLITZ pelas agencias bancarias. O Sindicato protocolou um dossiê contendo informações sobre a demora no atendimento aos clientes e os danos que isso causava aos funcionários das agencias. O MP na época fez vistorias e contatou a veracidade das reclamação.

A Lei das filas dos bancos é um instrumento de fiscalização motivada pelo Sindicato dos Bancários de autoria do vereador João Grandão (PT) aprovado em 2004 pelos vereadores e que sofreu algumas modificações a pedido do movimento sindical e proposta pelo vereador Elias Ishy(PT), ambos

bancários e dirigentes sindicais.

A decisão atende a uma ação do Ministério Público Estadual, que denuncia que consumidores estão permanecendo por até duas horas nas filas, quando o tempo máximo de espera é de 15 minutos em dias normais de expediente, 20 minutos em dias anteriores e posteriores aos finais de semana e 30 minutos em dias anteriores e posteriores aos feriados prolongados, conforme prevê a Lei Municipal nº 2.642/2004.

O Judiciário também fixou multa diária de R\$ 3 mil aos bancos que descumprirem a determinação. As instituições financeiras têm o prazo de 15 dias para cumprirem a sentença sob pena de novas multas. Por outro lado, ambas podem recorrer da decisão.

O banco HSBC Bank Brasil S/A, alegou nos autos a inconstitucionalidade das leis municipal e estadual e afirmou que procura cumprir o tempo de espera nas referidas normas. No entanto, segundo o despacho da juíza, os

autos de verificação mostram que o tempo de espera para atendimento é de até 28 minutos, sendo que as diligências não ocorreram em datas que justifiquem o tempo maior.

A Justiça entendeu ainda que os serviços precisam de agilidade e "são de baixa qualidade, pois mesmo após terem sido notificados pelo Procon e citados da presente ação, os usuários ainda ficam na fila por longo período para serem atendidos".

Segundo a magistrada, as agencias não podem alegar que alguns usuários demoram mais tempo para serem atendidos, pois segundo ela, "basta dispor de mais caixas para que enquanto um caixa atenda o usuário cujo serviço é mais demorado, outros possam estar atendendo os demais que aguardam na fila, principalmente no período de maior movimento bancário, que se dá entre os dias 05 e 10 de cada mês", destacou em trecho da decisão.

A juíza explica ainda que a questão não está em quanto tempo o usuário permanece no caixa para solucionar o problema, mas sim, no tempo que o usuário permanece na fila até chegar para ser atendido. "De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, impõe-se ao prestador de serviços, o dever jurídico de que referida prestação se dê dentro de um padrão mínimo de qualidade, o que inclui um prazo razoável para atendimento dos consumidores".

O presidente do Sindicato dos Bancários de Dourados e Região, Ronaldo Ferreira Ramos salientou que isso é recorrente nas agências e o cliente precisa denunciar a demora no atendimento.

Ele lembra que o tempo de espera é de no máximo 15 minutos em dias de expediente normal e as exceções previstas na lei, por isso, o cliente deve procurar o Procon (151) e o Ministério Público Estadual (3902 2800) para fazer as denúncias de espera nas filas.

Assembléia dos bancários aprova orçamento do Sindicato para 2019



Reunida em assembléia, os bancários de Dourados e Região definiram o orçamento da entidade para o ano de 2019.

A peça orçamentária prevê uma série de medidas para reduzir os impactos sobre as finanças da

entidade causados pela reforma trabalhista e redução de postos de trabalho. Entre estas medidas estão a otimização das despesas administrativas para equilibrar as finanças. O diretor financeiro do Sindicato, Walter Ogima, lembrou

que, além de reduzir e extinguir direitos, a reforma trabalhista foi feita para enfraquecer as entidades sindicais e, assim também a luta dos trabalhadores.

O presidente da entidade Ronaldo Ferreira Ramos disse que não vamos permitir que isto aconteça. Junto com a categoria, vamos manter o nosso Sindicato forte e manter a resistência e contamos com cada trabalhador do ramo financeiro para barrar a reforma previdenciária.

Precisamos aumentar o número de filiados para fortalecer o Sindicato como instrumento de luta dos bancários.

A assembleia é realizada por

uma questão legal e de planejamento administrativo, levando-se em conta que a previsão orçamentária deve ocorrer no ano anterior ao que o orçamento entrará em vigor.

Com a assembleia, o Sindicato reafirma o seu compromisso com a transparência administrativa. A responsabilidade fiscal com os recursos da entidade é uma preocupação permanente do Sindicato dos Bancários.

O gerenciamento das contas da entidade procura sempre equacionar o equilíbrio de gastos, propiciando sempre os investimentos na luta dos trabalhadores.